

9. Conclusão

Margaret E. Keck

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

KECK, ME. *PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. pp. 320-340. Conclusão. ISBN: 978-85-7982-029-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

9. CONCLUSÃO

Em novembro de 1988 o Partido dos Trabalhadores abalou a elite política brasileira ao vencer as disputas para prefeito em três capitais (São Paulo, Porto Alegre e Vitória) e em 29 outras cidades brasileiras (incluindo vários dos maiores centros industriais paulistas). Em 1989, na primeira eleição presidencial direta em três décadas, Lula chegou a um passo de ganhar a presidência, perdendo no segundo turno, com 47% dos votos válidos, para os 53% de Fernando Collor de Mello.¹ Nada, no crescimento gradual do partido durante os anos intermediários, havia tornado inevitável qualquer um desses extraordinários acontecimentos políticos. Mais uma vez, a dinâmica peculiar da transição brasileira criou o lugar que o PT deveria ocupar — o de última esperança de mudança. Mesmo assim, a capacidade de o partido desempenhar esse papel aumentou com seu próprio processo de maturação dos anos precedentes.

Dizer que os resultados das eleições para prefeito de 1988 representaram uma transformação radical na política brasileira ou no comportamento eleitoral do país seria exagero. Mesmo assim, muitos eleitores enviaram um sinal ao governo (como supostamente disse o governador de São Paulo, Orestes Quécia, eles não mandaram um telegrama, mas colocaram um *outdoor* no meio da estrada), no sentido de que esperavam mais seriedade e consciência dos políticos eleitos. O PT, visto como partido sério e responsável serviu como veículo para esse protesto maciço. Pelo fato de existir, ele ajudou a tornar essa mensagem mais clara.

Em 1988, a posição anômala do PT durante a transição havia se transformado numa vantagem. Em 1982 e 1986 a afirmação do PMDB de ser o partido da transição para a democracia foi um poderoso gerador de votos, mas a ampla desilusão com o processo de transição fez-com que essa alegação revertesse contra o partido em 1988. A bancarrota política do

¹ A Constituição Brasileira de 1988 estipula que as eleições presidenciais diretas se realizam em dois turnos, com os dois candidatos mais votados no primeiro turno concorrendo um mês depois. No primeiro turno, em 15 de novembro, Lula derrotou Brizola por uma pequena margem, chegando ao segundo lugar. No primeiro turno o PT formou uma aliança eleitoral com o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e com o Partido Comunista do Brasil (PC do B), chamada Frente Brasil Popular; no segundo turno, a Frente conseguiu o apoio do Partido Verde, do Partido Comunista, do PSDB de Mário Covas, do PDT de Brizola e de setores do PMDB.

governo Sarney era evidente, acompanhada por uma severa crise econômica que afetou a classe média, a classe trabalhadora e os pobres. As deliberações amplamente difundidas da Assembleia Constituinte chamaram a atenção pública para o comportamento destituído de princípios de grande parte dos políticos eleitos, incluindo muitos do antigo partido de oposição. Especialmente prejudicial foi a boa vontade de muitos políticos do PMDB em apoiar a desesperada (e altamente impopular) campanha de Sarney para um quinto ano no poder, em troca de privilégios para si mesmos ou para seus eleitores. Em termos socioeconômicos, a década de 80 foi uma montanha-russa: uma grave queda no início; uma breve melhora em 1986, com os primeiros estágios do Plano Cruzado; e, no final da década, a erosão de muitas dessas conquistas com a alta da inflação. Em números agregados, a renda *per capita* caiu em 6,59% durante a década² e, num efeito perverso, a distribuição da renda ficou ainda mais desigual do que no auge do governo militar. A Pesquisa Domiciliar (PNAD) publicada em 1990 mostrou que, de 1981 a 1989, o décimo superior da população aumentou sua participação na renda de 46,6% para 53,2%, enquanto a participação dos 50% inferiores caiu de 13,4% para 10,4%.³ Em 1988 e 1989, os brasileiros seguiram uma longa tradição de votar contra a situação e a favor da oposição — ou seja, o PT e outros partidos menos identificados com o *status quo*.

Uma série de experiências estimulou o PT a começar a resolver alguns dos dilemas que o dilaceraram em meados da década de 80. As grandes esperanças de que houvesse uma administração municipal exemplar em Diadema e Fortaleza foram destruídas, mas as lições resultantes foram valiosas. As contínuas dificuldades com os agrupamentos organizados de esquerda, os “partidos dentro do partido”, foram submetidas a um extenso debate interno e resultaram na formulação de regras partidárias quanto à formação e ao comportamento das correntes. A tensão inerente ao desejo de ser um partido de ação e mobilização social e ao mesmo tempo agir com eficiência no plano das instituições políticas permaneceu um elemento-chave no caráter do partido, deixando de ser vista

² Dados do Banco Central indicavam que em 1990 a renda *per capita* de 147,4 milhões de brasileiros era de US\$2.020, comparada a US\$2.400 para 124 milhões de habitantes em 1981. Dados publicados em *O Globo*, 29 de janeiro de 1991, reproduzidos na conferência eletrônica na rede Alternex, “Renda *per capita* teve queda de 6,59% na década de 80”, Topic 25, 14 de fevereiro de 1991.

³ Reproduzido em “Trancos e barrancos”, *Veja*, 21 de novembro de 1990, p. 42-5.

como uma contradição. À medida que o partido se fortaleceu e ganhou experiência política, as vantagens de fazer alianças em torno de determinadas questões ou candidaturas tornaram-se mais relevantes do que os perigos.

Através de todo este estudo, afirmo que compreender a natureza da transição brasileira — o contexto, ou “estrutura de oportunidade política”, em que se desenvolveu o Partido dos Trabalhadores — era crucial para compreender a ação e a evolução do partido. Certas características do PT, responsabilizadas pelo seu “fracasso” nos primeiros estágios da transição, tornaram-se elementos vitais para a sua sobrevivência política e sua contínua evolução. Ato que inicialmente foram vistos como provas de rigidez e sectarismo, como, por exemplo, a decisão de não participar nas eleições presidenciais indiretas em 1985, acabaram sendo considerados demonstrações de coerência e de fidelidade aos princípios. O contínuo esforço do PT para funcionar democraticamente e incentivar a participação mais ampla possível de seus membros frutificou, resultando na sua crescente visibilidade; em 1988, os analistas políticos consideravam a capacidade de o partido convocar seus militantes para campanhas sociais e políticas um recurso político que quase compensava a sua carência de recursos financeiros. Enquanto os dissidentes do PMDB lutavam para que suas lideranças convocassem uma convenção do partido, o PT continuava realizando encontros regulares em todos os níveis, renovando suas lideranças e envolvendo-se em debates prolongados, e por vezes apaixonados, sobre questões políticas.

Afirmo que o Partido dos Trabalhadores constituiu um fato novo entre as instituições políticas brasileiras por diversas razões: primeira, porque ele se propôs a ser um partido que expressava os interesses dos trabalhadores e dos pobres na esfera política; segunda, porque procurou ser um partido internamente democrático; e, por fim, porque queria representar todos os seus membros e responsabilizar-se perante eles pelos seus atos. Todos esses conceitos evoluíram muito desde sua fundação, mas permaneceram elementos centrais na identidade do partido e são justamente o que faz dele uma inovação.

A própria organização do Partido dos Trabalhadores desafiou elementos importantes no conceito predominante que se faz de política no Brasil. A noção de que os trabalhadores deveriam representar a si mesmos na cena política parecia “absurda” sob vários aspectos. Primeiro, os trabalhadores não possuíam o **conhecimento** político para representar a si

mesmos; faltava-lhes não só a instrução como também a familiaridade com assuntos públicos, que os membros da elite política devem ter. Segundo, dada a muito citada importância dos vínculos pessoais na política de conciliação e negociação, considerada uma característica central do sistema brasileiro, era claro que os trabalhadores não possuíam a rede de relações que os tornaria atores eficientes na arena pública. Para a maioria dos brasileiros, essas observações não eram nada mais do que “bom senso”, uma avaliação do que era possível e do que era “meramente” utópico. O PT, por outro lado, propôs um novo “bom senso” para os trabalhadores — um bom senso que reconhecia a possibilidade de traição por parte das elites políticas e argumentava que “se você quer que alguma coisa seja feita, faça você mesmo”.⁴

O elitismo na política brasileira não se originou com o regime autoritário. Vários autores já afirmaram que a dinâmica predominante nesse sistema é a de conciliação e negociação entre as elites. Através de formas populistas de mobilização popular em momentos críticos (as quais, porém, raramente determinavam resultados políticos) e de formas corporativas de representação de interesses, uma elite dirigente relativamente estrita manteve um grau de controle excepcionalmente alto da arena política. Os casos em que os conflitos traduziram-se numa polarização social ampla foram relativamente raros.

Uma das colunas mestras deste modelo foi a capacidade de cooptação dos líderes populares. Enquanto um controle corporativista das associações conseguiu evitar a articulação de uma base de poder independente para os líderes de classe e a percepção de um conflito genuíno acerca das alternativas, “o sistema” foi capaz de oferecer incentivos pessoais para adoção de um comportamento integrativo, “construtivo”.⁵ Um alto grau de estratificação social e desigualdade social e econômica reforçava a convicção popular de que não era possível mudar muita coisa, e que as

⁴ Este dito popular, comum nos Estados Unidos, é um excelente exemplo das diferenças na construção do “bom senso” em contextos culturais diversos. No Brasil isso é um absurdo, uma falta total de bom senso, ilustrada pela importância do *despachante* profissional: pessoa que cobra para cuidar dos incômodos trâmites legais envolvidos no trato com os órgãos públicos, como a renovação de uma carteira de motorista e daí para cima. “Faça você mesmo” seria uma perda de tempo e pode ser até contraproducente, já que os cidadãos comuns não têm os conhecimentos necessários sobre os mecanismos internos da burocracia.

⁵ Philippe Schmitter, *Interest conflict and political change in Brazil* (Stanford, Stanford University Press, 1971), Parte IV.

relações pessoais eram mais confiáveis do que a atividade política. Faltava ao Brasil uma tradição de responsabilidade dos cidadãos e também de que os políticos prestassem conta dos seus atos. Como disse Schmitter,

“O sistema”, como se diz no jargão local, é concreto e não analítico; é “um complexo de experiências que se inter-relacionam de maneira distinta e aparentemente necessária”. Um tal sistema não existe apenas na mente do observador, condicionando invisivelmente as respostas e aplicando correções homeostáticas. Não, ele é real, e é percebido pelos próprios atores da elite culta, que em geral procuram conscientemente preservá-lo. As necessidades desse sistema consistem num conjunto de relações estruturais e de expectativas de valores que condicionam e limitam o comportamento, fazendo-o assim mutuamente previsível.⁶

Através da sua forma de organização e da sua insistência em apresentar seus próprios candidatos em 1982, o Partido dos Trabalhadores tentou pôr em prática o princípio da auto-organização, procurando formar um partido democrático popular, baseado na classe trabalhadora. Embora a sua forma de organização fosse limitada pelas exigências da legislação partidária, é verdade que o PT tentou estabelecer estruturas para a participação das bases e procedimentos mais democráticos para as convenções do que os determinados pelos dispositivos legais. Em 1982, o contexto eleitoral plebiscitário, combinado com a inexperiência e os erros de cálculo do partido, produziram resultados profundamente decepcionantes. Além disso, o PT revelou-se incapaz, em boa medida, de utilizar a única prefeitura importante obtida em 1982 como administração “modelo”, através da qual poderia ampliar a sua influência. Em meados de 1985, o Partido dos Trabalhadores estava às voltas com uma profunda crise acerca de seu futuro.

Apesar do fraco desempenho eleitoral do partido, ele conservou um grau de prestígio significativo na sociedade brasileira. De particular importância foi a sua contínua identificação com o setor mais combativo do movimento dos trabalhadores, especialmente na área da indústria moderna, mas com a crescente influência, no início dos anos 80, em alguns setores industriais mais tradicionais, entre os trabalhadores *white collar* recém-organizados e também entre os trabalhadores rurais. Nas eleições para

⁶ Idem, *ibidem*, p. 377. Citação interna de Carl J. Friedrich, *Man and his government* (New York, 1963), p. 24.

prefeito de 1985, o discurso eleitoral do partido tornou-se mais abrangente, enfatizando tanto as questões mais amplas de cidadania e justiça social como os problemas locais. O eleitorado reagiu positivamente, criando ao mesmo tempo novos problemas e novas oportunidades para o processo de autodefinição partidária.

Será possível dizer que essa mudança, no sentido de uma convocação multiclassista, significava que o PT estava a caminho de se tornar um partido populista? Vários autores afirmaram que os fatos recentes na política brasileira (assim como na mexicana, argentina e peruana) demonstraram que o populismo não desaparece com o fim do estágio da industrialização, caracterizado pela substituição das importações, e com o surgimento de regimes burocrático-autoritários. Perruci e Sanderson atribuem o surgimento de candidatos populistas à “incapacidade de o Estado cimentar um pacto social para fins de desenvolvimento nacional”.⁷ Na difícil situação econômica dos anos 80, um acordo pluriclassista acerca da necessidade de transição política não podia se estender a um acordo sobre medidas para resolver a crise econômica. Perruci e Sanderson realçam os aspectos do populismo associados com o estilo político, envolvendo um apelo direto às massas (o povo). Com este fundamento, eles justificam a inclusão de Lula e do PT entre os novos populistas.

A meu ver, a abordagem desses dois autores deixa escapar algumas das características **políticas** mais importantes do ressurgimento populista na América Latina. Os atores políticos dominantes reagiram ao duplo desafio da transição política e da crise econômica com uma série de *escolhas* sobre como construir um arcabouço político-institucional para resolver esses problemas. No Brasil, essas escolhas quase invariavelmente favoreciam coalizões relacionais difusas a respeito da construção de instituições representativas e o estabelecimento de regras e normas claras de comportamento político.⁸ Esse lado político do ressurgimento populista foi bem percebido por Castro-Rea, Ducatenzeiler e Faucher, quando observam:

⁷ Gamaliel Perruci Jr. e Steven E. Sanderson, “Presidential succession, economic crisis and populist resurgence in Brazil”, *Studies in Comparative International Development* 24 (3): 45, Oct. 1989.

⁸ Pesquisas recentes de Alfred Stepan demonstram que sempre que têm de escolher entre conservar a liberdade de ação dos políticos ou estabelecer instituições políticas baseadas em regras, as elites de transição escolhem a primeira opção. Conversa com Alfred Stepan, São Paulo, 17 de novembro de 1989.

A atração do populismo é a do consenso de curto prazo, conseguido por meio de um discurso ambivalente de mudança e conciliação, sem as incômodas responsabilidades da representação. (...)

O populismo pode ser compreendido como um arranjo político caracterizado pelo vínculo privilegiado entre a liderança política carismática do Estado e as massas, combinado à ineficiência da organização social e dos partidos políticos como canais intermediários de mediação. (...)

Além dos casos nacionais específicos, o populismo representa um denominador comum de regimes caracterizados pela representação política ineficaz, compensada pelo corporativismo latente e um florescente clientelismo. O peso da tradição política é reproduzido pelos atores políticos como uma tática de sobrevivência. O ressurgimento populista evidente no Peru e na Argentina e antecipado nos outros casos que estudamos [Brasil e México] é a manifestação do fracasso. É o fracasso de governos que se opõem a projetos modernizadores da sociedade civil. É a recusa de abrir canais de genuína competição democrática, combinada com a incapacidade dos governos de corresponderem às expectativas reformistas que lhes foram confiadas e sua incompetência para lidar com os desafios do presente. O populismo é uma solução escapista. Independentemente das concessões, ele representa uma volta à ordem tradicional, e não a uma mudança em direção à construção de uma sociedade democrática.⁹

Todo o projeto do PT envolvia uma recusa em aceitar esse conceito de política e também a massificação da sociedade civil aí implícita. Mesmo assim, sua capacidade de continuar resistindo à “tentação populista” dependerá, em boa medida, da sua capacidade de manter seu compromisso com a construção das instituições e de formular um conceito de representação coerente com sua compreensão da sua base social e do seu desenvolvimento institucional. Desde o início, o Partido dos Trabalhadores comprometeu-se com a noção de “mudança vinda de baixo”, de uma política “de baixo para cima”. Esse conceito inclui duas ideias analiticamente distintas, cuja integração por vezes conflitante é intrínseca à identidade do partido: uma, que a “mudança vinda de baixo” significa

⁹ Julian Castro-Rea, Graciela Ducatenzeiler e Philippe Faucher, “Back to populism: Latin America’s alternative to democracy”, texto elaborado para a conferência da American Political Science Association, San Francisco, California, setembro de 1990.

basicamente a auto-ativação da classe trabalhadora; e, a outra, que essa mudança significa o desenvolvimento de uma cidadania e uma participação democrática efetivas. Sustentei que na campanha eleitoral de 1982 predominou um discurso classista. À medida que a década de 80 ia terminando, o segundo conceito tornou-se um elemento muito mais central da força de atração do partido. Mudar “de baixo para cima” passou a significar um compromisso com um processo de mudança baseado em iniciativas vindas de um amplo espectro de organizações sociais. Embora o partido tenha ampliado a concepção inicial da sua base na classe trabalhadora, incluindo também os trabalhadores *white collar* e os pequenos proprietários rurais, sua mensagem continua a sensibilizar um segmento ativo e organizado da sociedade civil brasileira.

As origens do PT foram profundamente influenciadas pela percepção da ampla mobilização em torno das reivindicações sociais no final dos anos 70; no início dos anos 80, à medida que foi ficando claro que a organização em nível local em torno de reivindicações específicas não se traduzia automaticamente num movimento social mais amplo, o partido foi colocado na ambígua posição de ter de ajudar a organizar aquilo que ele alegava estar representando. Isto é inteiramente coerente com a visão de Przeworski da formação de classes, discutida anteriormente. Entretanto, o fato de o partido ter aceitado abertamente desempenhar tal papel complicou-se pelo conceito de auto-organização característico de duas das correntes mais influentes do partido: os militantes sindicais e os militantes católicos, cuja visão política fora influenciada por sua experiência nas CEBs e em outras organizações de base ligadas à Igreja. Ambos os grupos desconfiavam da mediação política, e acreditavam que o papel do partido era unir e generalizar (mas não organizar ou transformar) as reivindicações dos sindicatos ou movimentos. Ao mesmo tempo, porém, pensavam que os membros do partido deviam participar nos sindicatos e movimentos e ajudar a fortalecê-los (sem, porém, subordiná-los ao partido). Segundo eles, a democracia devia ser direta, envolvendo delegação e não representação, reiterando assim uma tradição que provém de Rousseau e que recentemente originou intensos debates sobre a possibilidade de recombinação de instituições da democracia representativa e da democracia direta; este é um forte elemento no ideário do Partido Verde da Alemanha Ocidental.¹⁰

¹⁰ Ver, por exemplo, Carole Pateman, *Participation and democratic theory* (Cambridge, Cambridge University Press, 1970); Benjamin Barber, *Strong democracy* (Berkeley,

Dada a importância desse tipo de concepções no partido, no início dos anos 80 era difícil formular uma estratégia institucional. A persistente separação entre as esferas da ação social e política no Brasil colocava o PT numa espécie de posição esquizofrênica entre as duas. Dentro da sociedade civil, ele se dedicava a fortalecer os atores sociais cujo recurso político mais potente era a capacidade de confronto;¹¹ dentro das instituições políticas, seu trabalho era expandir o espaço político disponível para integrar a participação e as demandas populares de maneira regulada. O PT foi mais eficaz nos momentos em que a separação desapareceu temporariamente, como por exemplo, durante a maciça campanha pelas eleições presidenciais diretas em 1984. Articulando uma demanda pela cidadania democrática, apoiada pela esmagadora maioria dos brasileiros, o PT conseguiu agir eficazmente tanto em relação aos outros partidos quanto à organização dos movimentos. Em 1985, após a derrota da emenda pelas eleições diretas, o partido mais uma vez se viu isolado. Não teve capacidade nem disposição para participar das negociações entre as elites políticas acerca da candidatura de Tancredo Neves e adotou uma posição intransigente ao abster-se nas eleições indiretas. Como resultado, perdeu três (ou seja, 37,5%) dos seus deputados federais, que optaram por votar em Tancredo no Colégio Eleitoral, contrariando a posição oficial do partido.

A posição do PT na questão das eleições diretas era coerente com seu compromisso de ampliar a democratização no Brasil; durante as mobilizações maciças de 1984, ela foi adotada por mais de 80% da população brasileira. Entretanto, após a derrota da emenda e a decisão do PMDB de não continuar a campanha, o estado de espírito da população mudou, passando da percepção de uma situação aberta, onde era possível uma mudança real, a uma rápida aceitação da volta ao processo normal de negociações entre as elites. O bom senso dizia que não havia motivo para continuar a luta. Esta deixou de ser um ponto da agenda política. A tentativa aparentemente quixotesca feita pelo PT de promover uma mobilização popular contínua sobre esta questão fracassou.

University of California Press, 1983); Carmen Sirianni, “Councils and parliaments: the problems of dual power and democracy in comparative perspective”, *Politics and Society*, 12 (2): 83-123, 1983. Sobre o Partido Verde alemão, ver Claus Offe, “‘Reaching for the brake’: the Greens in Germany”, *New Political Science*, p. 45-62, Spring 1983.

¹¹ Quanto a esse ponto, ver Frances Fox Piven e Richard A. Cloward, *Poor peoples' movements: why they succeed, how they fail* (New York, Vintage Books, 1977).

Apesar da posição anômala do partido dentro das regras que governam o contexto da ação política no Brasil, ele ajudou a manter a visibilidade das questões sociais em nível nacional, num período em que se poderia esperar que estas ficassem na retaguarda em relação aos aspectos político-institucionais da transição. Embora o partido não conseguisse mudar a agenda política nacional, sua presença contínua era testemunho daquilo que fora excluído. Como o PT existia, e não era imediatamente cooptável pelo sistema político, o grau de elitização persistente da política brasileira ficou mais visível no período de transição.

Subjacente à visão que o PT tinha da transição havia uma recusa em aceitar as limitações de um conjunto de opções estruturado em torno de duas alternativas: governo *versus* oposição, PMDB *versus* PDS, Tancredo *versus* Maluf — e no qual havia pouco espaço para a expressão independente das necessidades dos trabalhadores e de outros que buscavam maneiras mais criativas de imaginar o futuro. Um padrão de dualidade, uma espécie de lógica binária, permeou a política brasileira durante toda a década que se seguiu ao início do processo de liberalização. Era uma lógica de oposição, mas ainda não de política democrática.

No contexto em que o PT nasceu as relações políticas assumiam a aparência de uma série de antinomias — autoritarismo e democracia, mas também Estado e sociedade, governo e oposição, corporativismo e autonomia, integração e resistência (ou ruptura) — às quais o partido acrescentou uma visão de polarização de classes.¹² Durante a transição, muitas vezes houve uma tendência de apresentar esses conceitos como pólos opostos num *continuum*; na verdade, como demonstra a história da transição brasileira para a democracia, essas relações são complexas e dialéticas, e não mutuamente exclusivas. O Estado desempenha um papel importante ao estruturar a sociedade civil, e há elementos desta que também impregnam as instituições estatais. A tarefa da oposição é tornar-se governo, e a ambiguidade do processo pelo qual isto ocorreu no Brasil levou à caracterização dos governadores do PMDB eleitos em 1982 como “governadores de oposição”. Os movimentos sociais buscavam construir formas autônomas de organização; muitas vezes procuravam negociar melhores condições diretamente com os órgãos estatais, numa relação que

¹² Em minha discussão sobre essas “antinomias”, fui influenciada por uma discussão semelhante em Daniel James, *Resistance and integration...*, cit., p. 3.

algumas pessoas podem chamar de corporativista; o movimento “autônomo” dos trabalhadores cresceu dentro das instituições corporativistas estatais. A resistência e a integração, como observa James no caso dos trabalhadores peronistas na Argentina, podem ser consideradas, mais corretamente, como respostas estratégicas de atores históricos reais a situações concretas, e não caracterizações transcendentais de objetivos organizacionais com significado normativo.¹³ A ênfase no segundo termo dessas antinomias — a associação da democracia com sociedade, oposição, autonomia e resistência — foi incorporada no conceito de classes do PT, um conceito em expansão, ajudando a definir a identidade do partido.

Assim, o PT não escapou ao tipo de raciocínio que pensa em termos de opostos, mas sua experiência, ao traduzir a lógica polarizada em prática política, ajudou a desenvolver uma visão mais pluralista das alternativas. A sua marginalização ou auto-exclusão das principais polarizações do início dos anos 80 — as eleições de 1982 e a luta anti-Maluf — assim como sua contínua participação numa variedade de movimentos, reforçou a possibilidade de uma visão mais policêntrica do conflito. Entretanto, dentro do próprio PT, assim como nas suas relações com outros grupos, as tendências para a homogeneização lutavam contra a lógica da diferença. Seria espantoso se assim não fosse.

Boa parte da história inicial do partido deve ser compreendida em termos da sua necessidade de continuar sendo um movimento, ao mesmo tempo em que lutava para definir o que significava ser um partido; para muitos petistas, o partido como instituição era um elemento numa rede de organizações. Percebendo que seus objetivos e prioridades não poderiam encontrar um lugar na agenda do processo de transição conservadora, o PT integrou-se a um esforço mais amplo de redefinir a pauta de mudanças a partir de fora do sistema político. Assim, via a política como um processo de *reivindicação de direitos* na prática, e não de pedir que o Estado os concedesse. Através da auto-organização da sociedade, as relações de poder entre Estado e sociedade mudariam, e uma nova pauta, baseada nas necessidades sociais, seria criada. A boa sociedade não é teorizada no discurso do PT, porque ela surgirá a partir da prática democrática de atores sociais autônomos. Ela inclui a ideia de uma sociedade sem exploradores nem explorados e algumas referências ao controle dos meios de produção

¹³ Idem, *ibidem*.

por parte dos trabalhadores, mas falta-lhe uma visão do Estado, e ela não recomenda nenhum mecanismo claro para atingir um fim que não se pode descrever claramente.

Em boa medida, o partido cresceu com uma proposta ética, mais que com uma ideologia, dentro da qual competiam uma série de visões alternativas sobre a boa sociedade, utilizando linguagens diferentes. Um discurso sobre classe, um discurso sobre cidadania e um discurso sobre autonomia formavam um amálgama cuja característica central era a imagem de um “nós” difuso, atualmente excluído do processo, que na prática conquistaria os direitos que eram inerentemente “nossos”. É uma linguagem utópica, mas o PT não tem nenhuma visão de utopia.

É uma lógica de movimento e não de finalidades. Nessa concepção, o partido é tanto catalisador como participante, porém ainda não representa, pois aquilo que ele deseja representar ainda está em formação. Essa é a principal razão pela qual a articulação de uma estratégia institucional foi tão difícil, e a relação entre o partido e seus políticos eleitos tão conflituosa, ou então, difusa, no seu início. Embora a eleição para o Congresso em 1986 de líderes petistas que se notabilizaram nas lutas populares tenha aplacado as tensões entre o partido e os seus representantes eleitos, ela não resolveu a questão fundamental. Porém, na medida em que o PT é um partido político, cada vez mais capaz de ganhar eleições, seu futuro depende da sua capacidade de criar um espaço para si no sistema político dentro do qual pode buscar seus objetivos. Esse processo tem sido muito lento. Em parte isso se deveu à própria dinâmica da transição, que produziu um discurso sobre a democracia mais notável pelos seus limites do que pela sua busca de maneiras alternativas de estruturar as relações políticas no Brasil. Contudo, à medida que o PT institucionalizou-se e adquiriu confiança política, na segunda metade dos anos 80, a liderança petista tornou-se cada vez mais consciente da necessidade de se ter uma compreensão mais bem articulada da relação entre a construção do movimento na sociedade e a ação política. Esse reconhecimento levou a um enriquecimento do debate político e teórico dentro do partido, tanto nos jornais do PT como em artigos assinados em jornais como a *Folha de S. Paulo* e em livros destinados a um público mais amplo.¹⁴ Um jornal teórico trimestral, *Teoria e Debate*, começou a ser publicado em 1988.

¹⁴ A primeira dessas coletâneas de debates foi em Emir Sader, ed., *E agora PT: caráter e identidade* (São Paulo, Brasiliense, 1986). Ver também Apolônio de Carvalho et alii, *PT: um*

A tarefa de esclarecer a definição político-ideológica do PT é particularmente complexa, não só por causa das condições em que o partido nasceu, mas também devido ao momento histórico mundial em que ele chegou à maturidade. Como afirmou Francisco Weffort na sua contribuição para o debate sobre a natureza do partido,

...o PT não nasceu de nenhuma definição teórica, mas de uma intuição prática que se revelou teoricamente correta, a respeito da condição dos trabalhadores na sociedade capitalista e a respeito da afirmação política independente dos trabalhadores como classe.¹⁵

Embora sempre tenha se definido como um partido socialista, o PT resistiu aos esforços das suas facções mais doutrinárias de classificar-se como marxista-leninista, ou mesmo marxista. Ao mesmo tempo, seus líderes expressaram profundas dúvidas sobre os perigos de o PT se tornar um partido social-democrata, o que, segundo eles, representa uma abordagem legalista para com as reformas legislativas vindas de cima, sem envolver as massas organizadas na participação do processo de mudança política e social. Esta última preocupação reflete um elemento profundamente antiestatista na autodefinição do PT como um partido de massas, socialista e democrata, refletindo tanto as suas origens como o seu desejo de diferenciar-se dos modelos disponíveis de socialismo:

O PT é a primeira corrente socialista brasileira que apresenta potencialidade real de dar caráter massivo ao ideal socialista. Primeiro, porque o Partido dos Trabalhadores surge e se desenvolve como um partido que sintetiza as aspirações e reivindicações das camadas mais amplas da população trabalhadora; porque surge, portanto, como expressão direta e imediata das grandes massas, que o identificam como seu partido. Segundo porque o PT procura construir a ideia e a prática socialista a partir daquelas aspirações e

projeto para o Brasil (São Paulo, Brasiliense, 1989), que reproduz as comunicações feitas num seminário organizado pelo PT em São Paulo em 15-16 de abril de 1989. Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, *Pra que PT*, combinam a narrativa com uma história documental dos debates políticos no partido.

¹⁵ Francisco Weffort, “Consolidar o partido, construir a democracia”, *Teoria e Debate* 4, setembro 1988, p. 33.

reivindicações, em lugar de querer moldar tais aspirações e reivindicações num modelo preconcebido de socialismo.¹⁶

Em essência, a visão que o PT faz do socialismo é um conceito radical de democracia. Citando mais uma vez Weffort,

No fundamento da nossa concepção de partido está uma *concepção democrática radical sobre a sociedade e a política em geral*: “A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. Quem entenda o que isso significa deve entender também que *a emancipação dos trabalhadores é a raiz da emancipação social em geral*. Ou seja, a organização autônoma dos trabalhadores é o caminho não apenas da *construção da democracia política* mas também o da *transformação da sociedade*.¹⁷ (Grifos do autor.)

Esse tipo de visão democrática radical que implica dar poderes à sociedade civil contém uma poderosa rejeição da visão essencialmente estatista de mudança que historicamente caracterizou todo o espectro político brasileiro. O poder, naquela visão democrática, não é apenas algo que é “tomado”, através do Estado, mas também algo construído (na sociedade). A tensão essencial dentro do discurso do PT acerca de seu papel como parte de um movimento na sociedade e seu papel como instituição política é também uma tensão entre esses dois conceitos de poder. Contudo, para um partido legal, que concorre a eleições e espera assumir posições de poder no sistema político, não será necessário algo mais que isto em termos de um conceito de Estado?

A ambiguidade do discurso político do PT e sua dificuldade em chegar a um acordo com respeito ao seu duplo caráter de movimento e instituição refletem contradições muito reais no mundo político em que o partido surgiu. Os capítulos anteriores concentraram-se basicamente nas maneiras em que o contexto político brasileiro — o legado da dominação autoritária, a hegemonia de uma definição altamente conservadora da possibilidade de mudança durante a transição e os padrões não institucionais e mesmo antiinstitucionais de tomada de decisão, assim como a fraqueza histórica dos setores que o partido pretendia representar —

¹⁶ Wladimir Pomar, “Atos de hoje constroem o amanhã”, *Teoria e Debate* 4, setembro 1988, p. 36.

¹⁷ Francisco Weffort, “Consolidar o partido, construir a democracia”, cit., p. 35. Grifo do autor.

restringiram o desenvolvimento inicial do PT. Porém há ainda uma outra dimensão essencial para a compreensão do dilema do partido, referida na

“Introdução”, quanto à diferença no “tempo mundial” entre o surgimento dos primeiros partidos socialistas e o nascimento do Partido dos Trabalhadores no Brasil. A referência feita na “Introdução” dizia respeito basicamente aos diversos tipos de oportunidades e recursos disponíveis aos movimentos e partidos mais antigos. Mais difícil de captar, mas talvez ainda mais poderosa, é a limitação no repertório de discursos políticos disponíveis para a esquerda no final dos anos 80.

Logo antes das eleições presidenciais de 1989, fui entrevistada por um jornalista da *Gazeta Mercantil*. As eleições presidenciais coincidiram com o colapso espantosamente rápido dos regimes comunistas no Leste Europeu e o jornalista perguntou-me se, naquelas circunstâncias, eu não acreditava que o PT representava uma força política anacrônica — uma força cada vez mais irrelevante à medida que o socialismo parecia estar perdendo a sua base política por toda parte. Respondi que não achava essas situações comparáveis. Mesmo assim, a questão vem persistindo, não apenas entre jornalistas e políticos que não têm simpatia pelo Partido dos Trabalhadores, mas também para o próprio partido e para a esquerda em geral e, em especial, para a esquerda no Terceiro Mundo.¹⁸ Se, como afirmaram muitos participantes no debate do PT sobre este assunto, o que aconteceu nos países onde os regimes comunistas estão caindo não pode ser explicado simplesmente com base em “limitações concretas, históricas, materiais”,¹⁹ então se faz necessário um conceito radicalmente diferente de socialismo, no qual a democracia seja uma característica central. Contudo, embora os acontecimentos mundiais reforcem diariamente este conceito, sérios dilemas persistem.

Nesse início de década, a esquerda no Brasil, como em boa parte do Terceiro Mundo, vive num país caracterizado por extremos de pobreza e desigualdade de renda. Nisso não há nada de novo. Ao mesmo tempo, contudo, a esquerda viu-se despojada do repertório de argumentos com os

¹⁸ O Partido dos Trabalhadores reconheceu desde o início que o colapso dos regimes do “socialismo real” tinha sérias implicações para a esquerda em geral. Ver, a este respeito, a rica série de debates sobre o assunto em *Teoria e Debate* 8, outubro-dezembro 1989, e 9, janeiro-março 1990.

¹⁹ Ver especialmente Augusto de Franco, “Muito o que (des)fazer”, *Teoria e Debate* 9, janeiro-março 1990, p. 49-52.

quais seus antecessores sustentavam a afirmação de que elevar o padrão de vida da maioria do povo era um bem universal que beneficiaria toda a sociedade. Por mais críticas que tenham sido as forças democráticas da esquerda em relação à repressão política nos países do “socialismo real”, o colapso generalizado da economia, assim como das bases políticas desses regimes, deixou-lhes apenas débeis respostas. Juntamente com a discutida questão do fim do keynesianismo do pós-guerra²⁰ sob o peso da estagflação dos anos 70, as mudanças ocorridas no Leste Europeu e na União Soviética parecem estar acabando com a crença de que o Estado poderia efetivamente intervir para conciliar a reivindicação de igualdade com o imperativo do crescimento econômico.

Assim, ao procurar definir o que significa ser um partido socialista democrático num país caracterizado por problemas sociais agudos, o PT enfrenta um conjunto de dilemas imensos. Como, concretamente, um tal partido lidará com uma desigualdade tão radical? Sugerir que os meios de produção passem a ser propriedade estatal, por exemplo, parece algo especialmente inadequado num país onde a presença substancial do Estado na economia por meio século não redundou em benefícios apreciáveis para a maioria da população e onde o estatismo na economia é crescentemente identificado ao autoritarismo. Apesar de o conceito do PT de propriedade estatal incluir a democratização das empresas estatais, permanece uma disjunção entre a sua visão do Estado como panaceia para uma sociedade injusta e sua ênfase na autonomia desta.

O discurso de fundação tanto da CUT como do PT caracterizou-se por um profundo anti-estatismo com respeito às relações sociais e à organização da sociedade civil, justaposto a um estatismo de esquerda bastante tradicional quanto ao papel do Estado na economia e como provedor do bem-estar social. Enquanto o desenvolvimentismo estatista permaneceu relativamente incontestado como ideologia predominante dos burocratas e políticos do Brasil, era possível conviver com as ambiguidades implícitas nesta justaposição. A crescente importância das propostas

²⁰ As doutrinas e práticas keynesianas não foram, de forma alguma, adotadas igualmente por todas as nações industriais adiantadas durante o período do pós-guerra, mas foram especialmente predominantes sob os auspícios de governos social-democratas. Os aspectos políticos, assim como econômicos, da receptividade aos argumentos keynesianos são discutidos nos artigos de Peter A. Hall, ed., *The political power of economic ideas: keynesianism across nations* (Princeton, Princeton University Press, 1989).

neoliberais (ainda longe de ser coerentes), associada aos acontecimentos no Leste Europeu, levou ao menos ao reconhecimento de que essas questões precisam ser discutidas. Um dos resultados foi um debate interno mais sério no PT acerca das realizações e também das contradições da democracia social europeia, debate esse que, antes, tendia a concentrar-se na contradição de “administrar a crise capitalista”. O fato de que Lula chegou pertíssimo de ganhar a presidência em 1989, numa situação em que a vitória não teria acarretado a implantação do socialismo no Brasil, estimulou ainda mais essa discussão.

Pensar no que significa ser socialista no final do século XX é, obviamente, um problema de proporções internacionais (e monumentais). Mesmo assim, esse problema tem dimensões especificamente latino-americanas, que vale a pena destacar. Na América Latina o “ataque ao Estado” não é basicamente um ataque à esquerda, mas às tradições desenvolvimentistas e populistas que, nos últimos cinquenta anos, têm sido elementos fundamentais do próprio conceito de nação em muitos países do continente, incluindo o Brasil. Repensar o Estado — tanto a partir da direita como da esquerda — implica também repensar muitos dos fundamentos do nacionalismo. Devido às recentes experiências das oposições antiautoritárias, a esquerda começou a oscilar entre sua ênfase histórica na questão de classe, ou naquilo que O’Donnell chamou de *lo popular* ou *el pueblo* — componente básico do nacionalismo esquerdista na América Latina — e uma tentativa de redefinir o alcance da noção de cidadania; contudo, uma mudança para o terreno da cidadania significa entrar no terreno histórico do liberalismo.²¹ Em essência, o problema da esquerda é a necessidade de definir, simultaneamente, um espaço político próprio e aliados potenciais, tanto em face da agenda neoliberal como em face do *status quo* — isto é, em face das formas históricas de desenvolvimentismo estatista — sem unir os dois. Uma tal definição complica-se pelo fato de que a esquerda contém elementos de duas tradições. Ela tem de realizar essa tarefa num contexto em que, na maioria dos casos, “a direita” não é nem coerente nem bem identificada do ponto de vista institucional, e num momento em que a esquerda está em crise no mundo inteiro.

²¹ Para uma discussão com fundamentação teórica sobre os limites da reivindicação do liberalismo para uma visão universalista da cidadania, ver Uday S. Mehta, “Liberal strategies of exclusion”, *Politics and Society* 18 (4): 427-54, 1990.

Embora a tentativa de resolver essa questão seja, provavelmente, prolongada e extremamente difícil, o PT inicia esse processo com diversos trunfos. O fato de ele ter resistido aos esforços de várias de suas facções para impor uma visão doutrinária do caminho “correto” para o socialismo, insistindo, pelo contrário, na coexistência legítima, dentro do partido, de uma ampla gama de concepções, acabará por constituir-se numa força e não numa fraqueza. Sua visão da necessidade de fortalecer a sociedade civil no Brasil, estimulando a possibilidade de uma mudança democrática vinda de baixo, oposta a um sistema político autoritário e elitista, oferece uma base para se repensar as ideias socialistas tradicionais do Estado como panaceia. A crença do partido de que as instituições estatais devem tornar-se “transparentes” para a sociedade civil — objetivo muito reiterado, mesmo que nem sempre realizado, nas suas administrações municipais — é o começo de uma visão de um Estado democrático, atento às necessidades da população. O partido tem uma intuição, se não um argumento teórico bem elaborado, de que o socialismo ao qual ele aspira é também, e essencialmente, uma aspiração à democracia.

Dada a centralidade de uma visão democrática radical da política para a identidade do PT e a distância entre essa visão e as características predominantemente elitistas do sistema político brasileiro, não é de se admirar que a institucionalização do PT ainda não tenha atenuado sua imagem enquanto “sistema de solidariedade”. O “modelo genético” do PT oferece uma ilustração interessante para a hipótese de Panebianco de que os fatores ligados ao contexto político são uma variável importante para se compreender o processo de institucionalização de um partido.²² O PT tornou-se cada vez mais institucionalizado ao longo de várias das dimensões organizacionais que Panebianco discute. Ele cresceu a partir da sua base inicial em São Paulo para tornar-se um partido nacional, ao mesmo tempo em que seus fundadores conservaram elevado grau de autoridade ao moldar a identidade do partido. Isso corresponde ao conceito de Panebianco de um partido que se desenvolve basicamente (embora não exclusivamente) através da expansão territorial.²³ Apesar de a legitimação externa ter sido alvo de crítica nos primeiros tempos do partido, ele próprio tornou-se cada vez mais um veículo para entrada na vida política; ao mesmo tempo, continua incentivando seus membros a participarem de diversas

²² Angelo Panebianco, *Political parties: organization and power*, cit., p. 67.

²³ Idem, *ibidem*, p. 50.

organizações sociais e continua integrando líderes de organizações populares nos seus escalões principais.²⁴

Contudo, apesar do desenvolvimento da vida interna do PT como fonte de oportunidade para “carreiras” dentro do partido (nas quais os incentivos seletivos são quase exclusivamente de *status* e não materiais), ele não perdeu seu caráter de movimento, uma “comunidade de destino” cujo desenvolvimento continua basicamente fundamentado em incentivos coletivos. Embora em seu processo de institucionalização a organização tenha se tornado valiosa em si mesma, e sua sobrevivência tenha se transformado em objetivo central, a identificação da organização com seus fins continuou excepcionalmente forte.

As razões para este fato, a meu ver, situam-se na relação entre o PT e o contexto político no qual ele surgiu. No processo altamente conservador de transição para a democracia, o PT foi uma anomalia, não só devido ao tipo de mudanças sociais que ele propunha, mas também pelas mudanças político-institucionais que ele representava. Desse ponto de vista, o desenvolvimento do PT e de outras organizações sociais, em especial o combativo movimento sindical, puseram em relevo características importantes da transição do autoritarismo para a democracia no Brasil. Em primeiro lugar, o fato de o processo ter sido extremamente gradual deixou abertas áreas de contestação das regras do jogo, muito depois do ponto em que o partido de oposição dominante passou a ocupar posições de significativo poder político, pelo menos aos olhos do público. Houve muita ambiguidade, em especial no discurso do PMDB, sobre se a situação no governo Sarney ainda era de transição ou se, apesar das eleições indiretas, a transição democrática já fora concluída quanto ao principal, permanecendo a questão das eleições presidenciais e de outras mudanças institucionais como matérias de ajustes técnicos.

Em segundo, o crescimento do PT e do movimento sindical elevou os custos políticos de se adiar até depois de um período de transição indeterminado as questões da desigualdade e da redistribuição da renda. Isso complicou a capacidade do regime de implementar uma política econômica dotada de autoridade. Na falta de um acordo, seja substantivo ou institucional, a respeito de o quanto os trabalhadores ainda teriam de esperar para que sua situação melhorasse, não havia razão, dada a

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 51-2; 62.

experiência histórica destes, “ para que acreditassem em novas promessas. Isso se complicou pelas sérias restrições econômicas sob as quais ocorreu a democratização brasileira, que fizeram com que as reivindicações substantivas levantadas pelo PT e pelo movimento sindical fossem difíceis de atender sem medidas radicais de redistribuição, o que, aos olhos das elites conservadoras no poder, poderia destruir o processo de transição.

Enquanto durasse este impasse, a possibilidade de o PT integrar-se plenamente à política institucional brasileira era muito baixa. A estrutura bipolar de opções deixava pouco espaço para a invenção. A dinâmica da transição conservadora era tal que sua principal esfera de oportunidade situava-se fora das instituições políticas e não dentro delas. A esse respeito, os dilemas que o PT enfrentava pareciam-se com os encontrados pelo Solidariedade na Polônia, quando este tentou “institucionalizar-se como sindicato e ao mesmo tempo proporcionar o alicerce de uma sociedade civil reconstruída”.²⁵ Ironicamente, na medida em que boa parte dos votos no PT nas eleições de 1988 e 1989 foi motivada por uma rejeição às elites políticas que haviam conduzido a transição para a democracia, o próprio partido acabou beneficiando-se dessa lógica polarizada, que ele sempre rejeitara. Seu avanço dependerá da sua capacidade de catalisar um movimento que vá além da rejeição, rumo à construção, juntamente com uma sociedade civil mais complexa e organizada, de uma lógica diferente.

Parte do processo de imaginar a democracia deveria ser a comparação e a combinação de alternativas, aceitando o conflito como componente normal da criatividade. No Brasil, esse tipo de processo ainda parece estar bem longe. Se de fato é assim, esse é um problema tanto para o desenvolvimento do PT como para a consolidação da democracia. Ainda faz falta no Brasil um componente central do processo de se imaginar a democracia, qual seja, a aceitação e a mediação institucional dos conflitos, envolvendo a possibilidade de se comparar e combinar muitas alternativas, em vez de uma visão bipolar que confronta a ordem ao caos.

Mesmo assim, alguma coisa mudou no Brasil. Em 1987, num editorial na *Folha de S. Paulo*, o cientista político Luciano Martins escreveu que o trabalho da Assembleia Constituinte lembrava um grupo de políticos sentados numa sala rodeada de espelhos: para onde quer que olhassem,

viam apenas a sua própria imagem. O desenvolvimento e a sobrevivência do Partido dos Trabalhadores representa um poderoso sinal de que setores importantes da sociedade brasileira estão procurando substituir esses espelhos por painéis de vidro. Ninguém duvida que a mudança é necessária no Brasil. A consolidação da democracia brasileira depende de se quebrarem as barreiras que ainda existem entre o conceito de “mudança vinda de cima” e o de “mudança vinda de baixo”. O futuro do Partido dos Trabalhadores estará integralmente ligado a esse processo.

²⁵ Bronislaw Misztal e Barbara A. Misztal, “Democratization processes as an objective of new social movements”, *Research in Social Movements, Conflicts and Change* 10: 102, 1988.